

# Política

CONSTITUINTE

## O QUE OS EMPRESÁRIOS NÃO QUEREM



No primeiro turno, vários artigos aprovados pelos constituintes assustaram os empresários. Agora, prometem lutar para mudá-los. Sem recorrer ao cala-boca.

### O que se pretende mudar na votação do segundo turno

O Fórum Informal de Empresários aprovou por consenso os 24 pontos que a indústria, comércio, bancos, agricultura e transporte desejam alterar na votação do segundo turno da Constituinte. Depois de quase três horas de reunião, ontem pela manhã, na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o presidente da entidade, Mário Amato, na qualidade de porta-voz do grupo, afirmou: "Não pretendemos mudar a Constituinte. Nosso objetivo é consertá-la".

O trabalho será desenvolvido da forma mais democrática possível sem que haja qualquer tipo de pressão ou "dispendio financeiro como se pretende sugerir". Mário Amato diz ser necessário usar a arma da democracia e acreditar no bom senso dos políticos brasileiros.

Segundo Amato, dos 24 pontos indicados no documento, oito são "prioritários". Dentre estes, a limitação em seis horas para trabalhos realizados em turnos de revezamento e o direito irrestrito de greve são os que mais preocupam as entidades empresariais.

"A questão do direito de greve irrestrita é tremendamente importante porque tumultua o processo político. É evidente que o direito de greve é sacrosanto, mas não da forma irrestrita como foi aprovado", disse Mário Amato.

Os integrantes do Fórum não pretendem organizar um lobby para pressionar os constituintes a alterar os textos aprovados. "Se somos contra a greve indiscriminada, não podemos concordar com a pressão sobre os constituintes", afirmou o presidente da Fiesp. Mas ele acredita que a estratégia montada, numa escala de zero a dez, tem oito chances de dar certo".

A estratégia será a de encaminhar estudos e outras avaliações aos constituintes sobre os efeitos das medidas, caso não sejam adotadas as emendas supressivas. Confirma-se dentro da Fiesp, porém, que indústrias ligadas ao Grupo das Empresas Brasileiras de Capital Estrangeiro realizarão um "esforço adicional". Elas devem lançar uma campanha institucional, com um filme de dez minutos a ser mostrado na televisão em São Paulo e Rio de Janeiro. O filme terá depoimentos de sindicalistas, políticos e lideranças populares, destacando a importância das multinacionais para o desenvolvimento do País.

Edson Di Fonzo

#### Mandado de Injunção

Suprimir a palavra direitos do parágrafo 51 do artigo 6º que cria o Mandado de Injunção.

O Mandado de Injunção, inexistente até hoje no Brasil, permite que a Justiça seja acionada sempre que um princípio constitucional não esteja sendo cumprido. O dispositivo fala em direitos e liberdades. Eliminando direitos, anula-se possíveis pressões sobre temas como participação nos lucros das empresas ou benefícios previdenciários em relação aos quais os constituintes foram extremamente generosos.

#### Direitos fundamentais

Suprimir todo o parágrafo aditado ao artigo 6º que prevê a aplicação imediata das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.

Idem (os direitos trabalhistas estão inscritos como direitos fundamentais).

#### Jornada de trabalho

Suprimir todo o inciso XIII do artigo 8º que limita em seis horas a jornada diária dos trabalhadores em atividade de turno ininterrupto.

Pela legislação atual, os trabalhadores de turno cumprem em geral uma jornada diária de 8 horas por seis dias consecutivos, seguidos por dois dias de descanso remunerado. Segundo a Fiesp, a medida prejudica tanto os trabalhadores quanto os empresários. Os trabalhadores perderão um dia de descanso remunerado e ajuda alimentação. Os empresários arcarão com mais 25% no custo da mão-de-obra e mais 33% nos dispêndios com transporte.

#### Ações trabalhistas

Suprimir a diferenciação entre trabalhadores rurais e urbanos inscrita no inciso XXVI do artigo 8º que trata da prescrição de ações trabalhistas.

Os empresários querem equiparar os trabalhadores rurais que terão um prazo prescricional de dois anos com os urbanos que poderão entrar com ação na Justiça até cinco anos após a lesão de direito da relação de emprego. Para os empresários, a diferenciação continuaria incentivando o êxodo rural.

#### Aviso prévio

Suprimir a parte do inciso XVIII do artigo 8º que prevê aviso prévio mínimo de trinta dias, nos termos da lei.

Os empresários querem que o inciso disponha simplesmente que haverá aviso prévio, na forma da lei. Como está, o dispositivo abre para a lei complementar ampliar o período do aviso prévio o que, para eles, deveria ser uma possibilidade só através de convenções coletivas.

#### Direito de greve

Suprimir frase do caput do artigo 11º que torna irrestrito o direito de greve.

Esse princípio, para os empresários, infunde a crença de que o direito de greve não poderá ser suscetível de limitações, por se subordinar apenas às conveniências e interesses dos trabalhadores. O inciso, para eles, deveria assegurar o direito de greve — sem mais. Como está, ele aparece como recurso para provocar negociações e não como o último recurso em caso de rompimento de negociações.

#### Decisões judiciais

Suprimir dispositivo do parágrafo aditado ao artigo 133º limitando os recursos contra decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho a casos de ofensa a dispositivo constitucional ou lei federal.

A legislação atual não põe limites aos recursos. Para os empresários, a limitação comprometeria a uniformização da jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

#### Competência

Suprimir dispositivo do 2º parágrafo do artigo 135º que permite à Justiça do Trabalho estabelecer normas desde que respeitadas as disposições convencionais.

O dispositivo tem sido alvo de interpretações diversas mesmo entre juristas. Uma delas é a de que, se os juizes terão de respeitar disposições convencionais, a própria convenção coletiva de trabalho que é renegociada anualmente entre empregados e empregadores, será então um claro direito adquirido. Esta interpretação é de Cassio Mesquita Barros, da USP, segundo o qual, mantido o dispositivo, os empregados sempre irão para a Justiça.

#### Imposto riqueza

Supressão total do inciso VIII do artigo 178º que prevê imposto sobre grandes fortunas.

Para os empresários é impossível estabelecer com precisão o conceito de grande fortuna. O jurista Hamilton Dias de Souza concorda e lembra que, na Espanha, a questão foi resolvida com a criação do imposto sobre bens suntuosos: iates, obras de arte, carros de luxo importados.

#### Conceito de empresa

Supressão de todos os parágrafos do artigo 200º que define o conceito de empresa brasileira.

Os empresários sugerem que o dispositivo se resume ao caput: "Será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração. Os parágrafos que os seguem definem empresa nacional com objetivos protectionistas. Segundo a Federação do Comércio de São Paulo, é uma atitude anacrônica que não se coaduna com o moderno liberalismo em voga.

#### Taxa de juros

Suprimir integralmente inciso não numerado do artigo 225º que limita a taxa de juros a 12% ao ano.

A medida passou em 1º turno com apoio velado da União Democrática Ruralista de Ronaldo Caiado, provocando a cisão do empresariado. O dispositivo tem sido alvo de chacotas generalizadas.

#### Capital nacional

Suprimir a expressão de capital nacional no 3º parágrafo do artigo 205º.

O dispositivo limita aproveitamento de recursos hidrelétricos e jazidas minerais, sob concessão estatal, ao capital nacional. O empresariado quer abrir ao capital estrangeiro, como acontece atualmente.

#### Empresa estatal

Suprimir a palavra estatal do 3º parágrafo do artigo 26º.

O dispositivo confere exclusivamente aos Estados a distribuição do gás canalizado, ao fixar que a concessão só poderá ser atribuída à empresa estatal.

#### Abastecimento

Suprimir a palavra organizar do inciso VIII do artigo 24º.

O dispositivo estabelece que é competência comum da União, Estados e Municípios organizar o abastecimento alimentar. Para a Federação do Comércio, a organização deve caber à iniciativa privada mesmo porque o termo organizar implica em constituir organismo que, no caso, não tem funcionado.

### Um lobby dividido pela atuação de Ronaldo Caiado

Depois de uma articulação bem-sucedida que derrubou a reforma agrária pretendida pela esquerda, o lobby empresarial vai dividido para a segunda votação da nova Carta. De um lado, em esforço concentrado, estão a indústria, o comércio, os transportes e os bancos. Do outro, corre em faixa própria, a União Democrática Ruralista, a UDR, de Ronaldo Caiado. "Ele já declarou em encontro reservado que tem interesses eleitorais", desabafou ontem uma alta fonte da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Segundo essa fonte, espera-se agora que Caiado não tenha o empresariado do campo do seu lado. Tanto é que, ontem, ao definir os 24 pontos que pretende mudar no projeto votado em primeiro turno, o Fórum Informal de Empresários contou com a presença de Fernando Vergueiro, vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira. As mudanças (ver quadro ao lado) suprimem direitos trabalhistas, reduzem a intervenção do Estado na economia e abrem ao capital estrangeiro, em relação ao que já foi votado, os contratos de risco e a exploração de jazidas minerais.

As 24 prioridades já haviam sido definidas em reunião nacional do Fórum Informal, realizada semana passada em Brasília, sem a concorrência da UDR nem de representantes da agricultura. O encontro empresarial de ontem decidiu, num esforço concentrado, atacar apenas as mudanças principais. Desprezou-se, por exemplo, pontos como o princípio da fixação de piso salarial profissional ou o do abono de um terço do salário normal no gozo de férias, por considerá-los mais secundários.

As divergências com Caiado surgiram durante a votação da fixação dos juros em 12% ao ano, dispositivo que ganhou o apoio de constituintes ligados à UDR. Da mesma forma, ontem, o Fórum Informal reafirmou ser contra a anistia das dívidas de pequenos e médios empresários rurais e urbanos, que será votada talvez nesta semana no capítulo das disposições transitórias e que conta com o apoio da UDR. A "traição" de Caiado na votação dos 12% foi acompanhada da acomodação dos banqueiros, que se surpreenderam pensando que já estava tudo arranjado. "Agora, isso vai custar uma fortuna", confidenciou uma fonte do setor, já que muitos constituintes votaram a favor para, no segundo turno, mudar o voto em troca de fundos para suas campanhas municipais, nestas ano.

Vicente Dianezi Filho

### Os ministros militares também entram na batalha

Os ministros militares entram hoje na batalha do segundo turno de votações da Constituinte. Em reunião-almoo, em Brasília, eles farão um balanço do que deverá ser suprimido do texto já aprovado, com base em relatórios do estado-maior de cada Força. Na pauta da reunião estão também as negociações que o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Moreira Lima, fará na China, para onde segue no final de semana acompanhando o presidente Sarney.

O ministro Moreira Lima garantiu reunião de rotina, mas apontou como um dos pontos preocupantes do texto já aprovado da nova Constituição a redução do turno de trabalho de oito para seis horas, o que, segundo ele, prejudicará empresas como a Embraer, as siderúrgicas, a Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo e o Arsenal da Marinha.

Por isso, e com base em estudos aprofundados dos estados-maiores, os ministros passarão as conclusões e sugestões a suas assessorias parlamentares, que passarão a fazer lobby junto às lideranças partidárias visando mudar o texto constitucional no segundo turno.

Moreira Lima negou a existência de um movimento de mulheres de militares contra os baixos salários. Mas há informações de que o descontentamento da classe com o que ganha e a demissão do brigadeiro Paulo Camarinha da chefia do Estado-Maior das Forças Armadas serão também assuntos da reunião de hoje.

Moreira Lima adiantou que pretende viabilizar uma cooperação com a China na área de veículos lançadores de satélites, com transferência de tecnologia chinesa para o Brasil, e que a FAB está interessada em adquirir o avião chinês de transporte de tropas — o Y-7 — um bimotor que poderá substituir o Búfalo.

### HOJE NA TV

#### Os debates políticos do dia

Vamos Sair da Crise (TV Gazeta, Canal 11, 22h30) — Armando Nogueira, diretor de Jornalismo da Rede Globo de Televisão; e Clóvis Rossi, da Folha de S. Paulo debatem o papel do jornalismo diante da situação política e econômica do País. A apresentação é de Alexandre Machado.

Programa Ferreira Neto (TV Record, Canal 7, 23h15) — O secretário da Fazenda de São Paulo, Campos Filho e o economista da Universidade Federal de Brasília, Décio Garcia Munhoz falarão sobre a política econômica do atual governo de São Paulo.

### Um acordo para acelerar a votação

Depois de negociações que duraram todo o final de semana e o dia todo, ontem, quando novamente faltou quórum para a liberação na Constituinte, as lideranças chegaram a um acordo, no início da noite, que permitirá a votação, hoje, de uma fusão de emendas abrangendo praticamente todos os cerca de 30 artigos restantes das Disposições Gerais e Transitórias. Entre os poucos pontos que deverão ficar para deliberação em separado estão o que trata da anistia aos débitos das microempresas e o da liberação dos jogos de azar e abertura de cassinos.

Além desses dois pontos, estavam ainda sendo discutidos o prazo de vigência dos novos benefícios da Previdência; a extinção de autorizações para pesquisa e lavra de minérios; o tabelamento dos juros; a isenção de direitos autorais para músicas sacras; e a estabilidade aos servidores públicos.

Quando aos servidores, em princípio estava acertada apenas uma redução do "trem da alegria". Em vez da efetivação prevista no artigo 44 do substitutivo do Centrão, seria mantida a estabilidade garantida no artigo 45, o que, na prática, é quase a mesma coisa. Nesse caso, seriam beneficiados os servidores civis com cinco anos ininterruptos de serviço na administração direta e autarquias.

Além dessa, ficaria também garantida a estabilidade do artigo 46, destinada aos juizes togados de investidora limitada. Acertou-se ainda a manutenção do artigo 43, que torna nulas as efetivações de servidores feitas há menos de um ano de promulgação da Constituição.

Estava previsto, pelo acordo, a perma-



Ulysses, com Expedito Machado e Bernardo.

nência dos seguintes artigos do substitutivo do Centrão: 47, que permite a criação de novos partidos por 30 parlamentares federais; 50, que reconhece os atuais limites dos Estados do Amazonas, Acre e Rondônia; 52, que dá 180 dias para o Congresso Nacional votar a lei que proporcionará meios de defesa contra programas de rádio e televisão que contrariem as normas constitucionais (observância de valores éticos e morais); 53, que trata da revisão da Lei Orçamentária, para adequação ao novo sistema tributário; 54, que cria o Senar, mas não nos moldes do Senai e do Sesi; 55, que mantém o Colégio Pedro II, do Rio na esfera federal; 58, que estabelece prazo de 120 dias para o Congresso elaborar o Código de Defesa do Consumidor; 59, que permite o confisco de terras onde sejam encontradas plantações de tóxicos; 60, que cria o Estado do Tocantins (discutia-se a supressão de parágrafo que transfere as dívidas e os encargos de Goiás, com pessoal inativo, para a União); 61, que transforma Roraima

e Amapá em estados; 63 (outra redação) que concede vantagens a herdeiros de vítimas de crimes dolosos contra a vida; 66, que trata de defensor público, mas a eles se assegurando apenas direito de opção pelo quadro de carreira; 71, que manda lei regular a venda e revenda de combustíveis de petróleo e de álcool carburante; e 72, que exclui da privatização os serviços notariais e de registro que tenham sido oficializados. Os demais artigos ou ficaram prejudicados pela parte permanente ou estavam ainda sendo negociados.

Quando às emendas visando a criação de novos estados — entre os quais o do Triângulo, com a divisão de Minas Gerais — tinha ficado acertado que isso ficaria para exame de uma comissão de redivisão territorial.

#### Prazos

O relator Bernardo Cabral prometeu entregar na próxima segunda-feira seu parecer sobre o texto aprovado no primeiro turno, que vem sendo chamado "parecer do vencido" já que Cabral foi derrotado em muitos pontos de seu primeiro parecer, tendo inclusive propiciado a formação do grupo do Centrão.

Se a promessa for cumprida, o parecer será publicado e distribuído aos constituintes, devendo começar a ser discutido na terça-feira, embora Cabral tenha prazo de sete dias, a partir do fim da votação do primeiro turno, previsto para esta quinta ou no mais tardar sexta-feira. Segundo Cabral, o processo todo deve levar 16 dias, a partir do que poderá finalmente ser iniciada a votação em segundo turno.

### Sarney não quer se responsabilizar por esta mamata

O presidente José Sarney não está disposto a assumir a responsabilidade pela anistia aos micros, pequenos e médios empresários. Para ele, a questão cabe única e exclusivamente aos parlamentares. Foi esse o recado que ele transmitiu, ontem, ao reunir-se com as lideranças do governo na Câmara e no Senado. No entanto, o presidente vai respeitar a decisão que for tomada pelos constituintes, conforme declarações do líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha.

Nos últimos dias, cresceu o número de telegramas que chegam no gabinete do líder do governo da Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, criticando a possibilidade de anistia para os endividados. "Quem não tem competência, não se estabelece", é a tônica da maioria das mensagens. O dono da fábrica de móveis Ana Cecília, de Porto Alegre, David Kapel, conta que é pequeno empresário há 33 anos e que também contraiu dívida durante o Plano Cruzado, mas pagou tudo porque administra a firma com competência e austeridade. "Hoje não tenho mais nenhuma dívida", conta ele, lembrando que a anistia é uma grande mama-



Gadelha: Sarney respeitará a decisão.

ta, "uma vergonha para qual o povo brasileiro não pode e não deve pagar". O presidente do Banco do Brasil, Mario Jorge Gusmão Berard, afirmou ontem, em Curitiba, que a anistia poderá inviabilizar o sistema financeiro nacional, já que o montante dos débitos — calculado em Cz\$ 850 bilhões, em 31 de dezembro de 87 — representa 2,3 vezes o patrimônio do banco. "É uma injustiça que dois milhões de mutuários sejam beneficiados em detrimento de 130 milhões de brasileiros, que acabarão tendo que pagar a conta", argumenta.

Ontem, um impasse tomou conta das negociações sobre a eliminação da cobrança de correção monetária, que vêm sendo realizadas pelas lideranças na Constituinte. Pelo menos seis novas propostas foram apreciadas sem que houvesse um acordo sobre quem deverá ser beneficiado. O governo quer excluir definitivamente os médios produtores rurais e os pequenos empresários, reduzindo assim o tamanho do rombo financeiro. Se não houver acordo, a solução vai ser votar, a partir desta quarta-feira, as várias emendas, com as propostas gradativas de perdão e as diversas categorias de beneficiados.

O superintendente do Instituto de Assistência e Previdência Social (Iapas), Felix Theiss, convocou pela primeira vez a imprensa para atacar frontalmente a anistia. Na sua opinião, "é um verdadeiro escândalo, que compromete 10% do orçamento da instituição para este ano — ou Cz\$ 487 bilhões".

Seu receio maior é que quem já parcelou os débitos, venha a cancelar tudo, aumentando ainda mais o prejuízo e comprometendo os serviços do órgão.